

USINA SÃO LUIZ S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de março de 2023

USINA SÃO LUIZ S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de março de 2023

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Demonstrações do valor adicionado

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas da
Usina São Luiz S.A.
Ourinhos - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Usina São Luiz S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Usina São Luiz S.A., em 31 de março de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de março de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, foram adequadamente elaboradas em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação as demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio da Companhia e sua controlada para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da Companhia e sua controlada e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

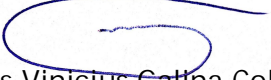


Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 19 de julho de 2023.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 029356/O-1



Marcos Vinicius Galina Colombari
Contador CRC 1 SP 262247/O-8

USINA SÃO LUIZ S.A.

Balancos patrimoniais

Em 31 de março 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	2023	2022		Nota explicativa	2023	2022
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	322.870	243.663	Fornecedores de cana e diversos	13	121.235	56.902
Contas a receber de clientes		1.909	693	Empréstimos e financiamentos	14	34.772	30.597
Contas correntes - cooperativa	6	125.330	93.486	Instrumentos financeiros derivativos		416	365
Estoques	7	7.781	7.547	Adiantamento de produção - cooperativa	15	22	809
Adiantamentos a fornecedores	8	63.288	12.952	Salários e contribuições sociais		5.348	4.044
Impostos a recuperar	9	13.227	6.875	Impostos e contribuições a recolher	16	19.903	13.637
		<u>534.405</u>	<u>365.216</u>	Outras contas a pagar		424	259
				Dividendos a pagar		1.500	-
						<u>183.620</u>	<u>106.613</u>
Não circulante				Não circulante			
Depósitos judiciais	10	90.842	66.606	Empréstimos e financiamentos	14	79.732	75.368
Impostos a recuperar	9	1.824	2.202	Adiantamento de produção - cooperativa	15	37.437	35.513
Contas correntes - cooperativa		1.997	-	Mútuo - cooperativa		2.097	3.228
Investimentos	11	22.704	13.634	Provisão para contingências	17	89.739	65.329
Imobilizado	12	238.156	203.652	Passivos fiscais diferidos	18	25.161	27.110
Intangível		14	78			<u>234.166</u>	<u>206.548</u>
		<u>355.537</u>	<u>286.172</u>				
				Patrimônio líquido	19		
				Capital Social		93.600	78.000
				Reserva legal		8.771	15.600
				Reserva de lucros a destinar		144.245	92.000
				Reserva de lucros a realizar		13.154	12.930
				Reserva de incentivos fiscais		16.697	-
				Ajuste de avaliação patrimonial		35.688	39.697
				Dividendos adicionais propostos		160.001	100.000
						<u>472.156</u>	<u>338.227</u>
Total do ativo		<u><u>889.942</u></u>	<u><u>651.388</u></u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>889.942</u></u>	<u><u>651.388</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

USINA SÃO LUIZ S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de março de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2023	2022
Receita operacional líquida	20	749.381	782.591
Custo dos produtos vendidos	21	(505.972)	(508.979)
Lucro bruto		243.409	273.612
Despesas com vendas	21	(40.410)	(23.424)
Administrativas e gerais	21	(48.567)	(41.836)
Outras receitas/(despesas) operacionais, líquidas	22	50.450	35.093
Resultado antes das receitas/(despesas) financeiras líquidas e impostos		204.882	243.445
Receitas financeiras	23	37.610	15.067
Despesas financeiras	23	(20.137)	(11.294)
Resultado financeiro líquido		17.473	3.773
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		222.355	247.218
Imposto de Renda e Contribuição Social correntes	18	(48.876)	(70.949)
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	18	1.949	902
Lucro líquido do exercício		175.428	177.171

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

USINA SÃO LUIZ S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de março de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de Reais)

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	175.428	177.171
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>175.428</u>	<u>177.171</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

USINA SÃO LUIZ S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Valores expressos em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva de lucros a destinar	Reserva de incentivos fiscais	Ajuste de avaliação patrimonial	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de março de 2021 (revisado)	78.000	14.965	10.171	73.714	-	44.206	50.000	-	271.056
Distribuição de dividendos adicionais de exercício anterior:									
Pagamento de dividendos adicionais propostos	-	-	-	(60.000)	-	-	-	-	(60.000)
Dividendos pagos	-	-	-	-	-	-	(50.000)	-	(50.000)
Realização do custo atribuído	-	-	-	-	-	(4.509)	-	4.509	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	177.171	177.171
Destinações do lucro líquido:									
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	100.000	(100.000)	-
Reserva legal	-	635	-	-	-	-	-	(635)	-
Reserva de lucros à destinar	-	-	-	78.286	-	-	-	(78.286)	-
Reserva de lucros à realizar	-	-	2.759	-	-	-	-	(2.759)	-
Saldos em 31 de março de 2022	78.000	15.600	12.930	92.000	-	39.697	100.000	-	338.227
Aumento de capital mediante conversão de reserva legal	15.600	(15.600)							-
Distribuição de dividendos adicionais de exercício anterior:									
Dividendos pagos	-	-	-	-	-	-	(39.999)	-	(39.999)
Realização do custo atribuído	-	-	-	-	-	(4.009)	-	4.009	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	175.428	175.428
Destinações do lucro líquido:									
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	(1.500)	(1.500)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	100.000	(100.000)	-
Reserva legal	-	8.771	-	-	-	-	-	(8.771)	-
Reserva de lucros à destinar	-	-	-	52.245	-	-	-	(52.245)	-
Reserva de lucros à realizar	-	-	224	-	-	-	-	(224)	-
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-	16.697	-	-	(16.697)	-
Saldos em 31 de março de 2023	93.600	8.771	13.154	144.245	16.697	35.688	160.001	-	472.156

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

USINA SÃO LUIZ S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de março de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de Reais)

	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	175.428	177.171
Ajustado por		
Depreciação, amortização, baixas e outros ajustes	12.803	15.733
Provisão para contingências	24.410	19.635
Juros provisionados sobre empréstimos e financiamentos	15.349	7.970
Imposto de Renda e Contribuição Social	46.927	70.047
Lucro líquido do exercício ajustado	<u>274.917</u>	<u>290.556</u>
Aumento/(diminuição) nos ativos e passivos operacionais		
Clientes e outras contas a receber	(1.216)	(282)
Contas a receber - cooperativa	(33.841)	6.673
Estoques	(234)	(3.666)
Adiantamento a fornecedores	(50.336)	(4.393)
Impostos a recuperar	(6.352)	(1.279)
Depósitos judiciais	(24.236)	(21.601)
Fornecedores	64.333	(6.131)
Salários e contribuições sociais	1.304	114
Impostos e contribuições a recolher	6.266	(1.041)
Outras contas a pagar	165	(191)
Juros pagos, empréstimos e financiamentos, cooperativa e fornecedores de cana	(18.211)	(19.136)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(46.894)	(57.897)
Caixa líquido decorrente gerado das atividades operacionais	<u>165.665</u>	<u>181.726</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(47.307)	(25.272)
Outros investimentos	(9.069)	(6.825)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	<u>(56.376)</u>	<u>(32.097)</u>
Fluxos de caixa de atividades de financiamentos		
Variação de obrigações com a cooperativa	6	(1.459)
Empréstimos e financiamentos bancários tomados	40.000	2.035
Empréstimos e financiamentos bancários pagos	(30.089)	(26.317)
Dividendos pagos	(39.999)	(110.000)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	<u>(30.082)</u>	<u>(135.741)</u>
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u><u>79.207</u></u>	<u><u>13.888</u></u>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de abril	243.663	229.775
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de março	322.870	243.663
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u><u>79.207</u></u>	<u><u>13.888</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

USINA SÃO LUIZ S.A.

Demonstração do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de março de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

	2023	2022
Receita		
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	787.435	846.561
Outras Receitas	437	2.000
	<u>787.872</u>	<u>848.561</u>
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(526.979)	(522.341)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(63.672)	(45.360)
	<u>(590.651)</u>	<u>(567.701)</u>
Valor adicionado bruto	<u>197.221</u>	<u>280.860</u>
Depreciação amortização e exaustão	(14.796)	(9.620)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	<u>182.425</u>	<u>271.240</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	39.379	15.765
Outras	85.310	62.510
	<u>124.689</u>	<u>78.275</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u>307.114</u>	<u>349.515</u>
Distribuição do valor adicionado	<u>307.114</u>	<u>349.515</u>
Pessoal		
Remuneração direta	28.304	23.099
Benefícios	13.486	11.985
FGTS	1.828	1.536
	<u>43.618</u>	<u>36.620</u>
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	49.937	81.554
Estaduais	17.957	42.860
Municipais	5	6
	<u>67.899</u>	<u>124.420</u>
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	20.137	11.293
Aluguéis	35	11
	<u>20.172</u>	<u>11.304</u>
Remuneração de capitais próprios		
Dividendos	1.500	-
Lucros retidos/Prejuízo do exercício	173.928	177.171
	<u>175.425</u>	<u>177.171</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Usina São Luiz S.A. ("Companhia") está localizada na Cidade de Ourinhos-SP, na Fazenda Santa Maria e tem como objeto social a exploração da indústria de açúcar, álcool, leveduras e subprodutos da cana-de-açúcar, inclusive a importação e exportação e o aluguel e arrendamento de bens móveis e imóveis e a cogeração e comercialização de energia elétrica. A Companhia poderá participar de outras companhias congêneres no País.

A Usina São Luiz S.A. é uma cooperada da Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo (Copersucar) à qual transfere diariamente toda a sua produção de açúcar e álcool. Compete à Cooperativa a comercialização destes produtos, retornando aos cooperados os recursos monetários realizados pelas vendas, operações estas amparadas nas regras do cooperativismo e regidas por contratos anuais de comercialização e em regramentos operacionais formalmente definidos em Manual de Safra.

2. Base de preparação

2.1. Declaração de conformidade (com relação às Normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis)

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pelos Administradores da Companhia em 19 de julho de 2023. Após sua emissão, somente os Acionistas têm o poder de alterar as demonstrações contábeis.

Detalhes sobre as principais políticas contábeis da Companhia estão apresentados na Nota Explicativa nº 3.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto sem indicado de outra forma.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis são apresentadas em Real (em milhares de Reais), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas brasileiras de contabilidade exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações das incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas na seguinte Nota Explicativa:

- Nota Explicativa nº 18 - Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos;
- Nota Explicativa nº 17 - provisões para contingências - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

2.5. Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabelece uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo.

A Companhia revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se as informações de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços são utilizadas para mensurar os valores justos, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na Nota Explicativa nº 24 - Instrumentos financeiros.

3. Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas a seguir de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis, salvo indicação ao contrário.

a. Receita operacional

(i) Venda de produtos

As receitas de vendas de açúcar e etanol auferidas pela Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo são apropriadas ao resultado do exercício com base em rateio, definido de acordo com a produção da Companhia em relação às demais cooperadas, em conformidade com o disposto no Parecer Normativo CST nº 66, de 05 de setembro de 1986.

(ii) Venda de energia elétrica

A receita proveniente da venda da geração de energia elétrica é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço do mercado em vigor, conforme o caso.

b. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e receitas financeiras repassadas pela Cooperativa. As receitas financeiras são reconhecidas no resultado, por meio do Método dos Juros Efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, variação monetária passiva e despesas financeiras repassadas pela Cooperativa. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do Método de Juros Efetivos.

c. Benefícios a empregados

(i) Benefícios de curto prazo a Empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a Empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo Empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

d. Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base na alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para Imposto de Renda e na alíquota de 9% sobre o lucro tributável.

A despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber calculado sobre o lucro ou o prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. É mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. O imposto corrente também inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos.

Os impostos correntes ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Um ativo de Imposto de Renda e Contribuição Social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas na extensão em que seja provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

Os impostos diferidos ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

e. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado na média ponderada móvel e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los as suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseada na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

f. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e na condição necessários para que estes sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados e os custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis para os quais a data de início para a capitalização seja 1º de janeiro de 2009 ou data posterior a esta.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos dentro de outras receitas e despesas operacionais no resultado.

Gastos decorrentes de reposição de um componente de um item do imobilizado são contabilizados separadamente, incluindo inspeções e vistorias, e classificados no ativo imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa.

O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

A Companhia realiza anualmente manutenções em sua unidade industrial, aproximadamente no período de dezembro a março. Os principais custos de manutenção incluem custos de mão de obra, materiais externos e despesas gerais indiretas alocadas durante o período de entressafra. Tais custos são contabilizados como um componente do custo do equipamento e depreciados durante a safra seguinte. Qualquer outro tipo de gasto que não aumente sua vida útil ou mantenha sua capacidade de moagem é reconhecido como despesas.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado utilizando o Método Linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

As taxas médias anuais ponderadas para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

Descrição	Taxa média (%)
Edifícios	4
Casas e vilas	5
Máquinas e equipamentos	5
Móveis e utensílios	5
Veículos	6

g. Ativos intangíveis

(i) Ativos intangíveis

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

(ii) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Amortização

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no Método Linear e nas vidas úteis de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

h. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O "Contas a receber de clientes" é reconhecido inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um "Contas a receber de clientes" sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais;
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros;
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas - políticas;
- Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;

- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos;
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo;
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial:

Ativos financeiros a VJR:	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado:	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA:	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o Método de Juros Efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) Capital Social

As ações são classificadas como patrimônio líquido.

i. Redução ao valor recuperável (impairment)

(i) Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo Método da Equivalência Patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições não consideradas em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- Desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento;
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Para investimentos em títulos patrimoniais, evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável inclui um declínio significativo ou prolongado no seu valor justo abaixo do custo.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida por meio do resultado.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

j. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os efeitos do desconto a valor presente são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de março de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

4. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações ainda não em vigor

Não há conhecimento de alterações ou interpretações em vigor para o exercício iniciado em 1º de abril de 2023 que tenham impacto relevante nas demonstrações contábeis da Companhia.

5. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2023	2022
Caixa e bancos	198	52
Aplicações financeiras	322.672	243.611
	322.870	243.663

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Esses investimentos financeiros referem-se a aplicações financeiras automáticas dos saldos das contas-correntes em certificados de depósitos bancários e renda fixa, remuneradas pela taxa média de 99% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

As aplicações estão registradas ao custo, acrescido dos rendimentos incorridos até a data do balanço, e seu valor não supera o valor de mercado.

A exposição da Companhia a risco de crédito, taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros é divulgada na Nota Explicativa nº 24 - Instrumentos financeiros.

6. Contas correntes - Cooperativa

Descrição	2023	2022
Direito do Cooperado	713.965	740.897
(-) Recebimentos por conta de safra	(588.635)	(647.411)
	125.330	93.486

Correspondem às operações com a Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo, decorrentes da comercialização de açúcar e etanol, em conformidade com o disposto no Parecer Normativo CST nº 66, de 5 de setembro de 1986.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de março de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

7. Estoques

Descrição	2023	2022
Insumos industriais	1.389	2.840
Materiais de manutenção	3.942	2.602
Outros materiais	2.450	2.105
	7.781	7.547

Os estoques são avaliados pelo custo médio de aquisição ou de produção e não excedem ao valor de realização.

8. Adiantamentos a fornecedores

Descrição	2023	2022
Adiantamentos a fornecedores de cana	60.187	9.532
Adiantamentos a fornecedores diversos	3.101	3.420
	63.288	12.952

Os adiantamentos a fornecedores de cana referem-se a valores adiantados para futuro fornecimento de cana, cuja entrega efetiva do produto ocorrerá na próxima safra.

Para a safra de 2024 a Companhia realizou vários adiantamentos para renovação dos canaviais de seus fornecedores de cana.

9. Impostos a recuperar

Descrição	2023	2022
ICMS a recuperar (i)	4.096	1.627
IRPJ e CSLL (ii)	5.805	6.678
PIS e COFINS (iii)	3.281	-
IRRF de aplicações financeiras	1.646	719
Outros	223	53
	15.051	9.077
Circulante	13.227	6.875
Não circulante	1.824	2.202

- (i) Saldo credor de ICMS devido aquisição de insumos;
(ii) Parcelas de antecipação de IRPJ e CSLL por estimativas;
(iii) Saldo presente no EFD-Contribuições.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de março de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

10. Depósitos judiciais

Descrição	2023	2022
Tributários (i)	89.903	65.493
Trabalhistas (ii)	939	1.113
	90.842	66.606

(i) Tributários

O saldo é composto basicamente por depósitos judiciais relativos ao IRPJ, CSLL, PIS e COFINS sobre indenização de preço IAA mencionado na Nota Explicativa n. 25, cuja exigibilidade a Companhia vêm questionando judicialmente;

(ii) Trabalhistas

O saldo é composto por valores depositados judicialmente decorrentes de demandas na Justiça do Trabalho.

11. Investimentos

a. Composição do investimento

Descrição	2023	2022
Cooperativa dos Prod. de Cana-de-açúcar, Açúcar e Alcool de São Paulo	38	26
Copersucar S.A. (i)	21.652	12.583
Centro de Tecnologia Canavieira (CTC)	964	975
Central Energética São Luiz Ltda	50	50
	22.704	13.634

- (i) A Companhia avaliou seu investimento na Copersucar S.A. pelo custo. O aumento identificado é referente ao aumento de capital na investida Copersucar S.A. deliberados em assembleia em julho de 2022 no montante de R\$ 9.069, perfazendo um percentual de participação de 2,71%.

USINA SÃO LUIZ S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de março de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

12. Imobilizado

Custo	Terrenos	Edifícios e benfeitorias	Casas e vilas	Instalações e equipamentos	Veículos e máquinas	Móveis e utensílios	Embalagens	Imobilizado em andamento	Custo de entressafra	Total
Saldos em 31 de março de 2022	24.075	67.373	5.880	220.298	20.670	8.839	3.447	17.979	21.366	389.927
Adições (i)	-	205	-	3.284	614	1.145	-	41.058	28.273	74.579
Baixas	-	-	-	(48)	(577)	-	-	-	(26.647)	(27.272)
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	5.019	(139)	11.744	3.812	38	-	(20.474)	-	-
Saldos em 31 de março de 2023	<u>24.075</u>	<u>72.597</u>	<u>5.741</u>	<u>235.278</u>	<u>24.519</u>	<u>10.022</u>	<u>3.447</u>	<u>38.563</u>	<u>22.992</u>	<u>437.234</u>
Depreciação										
Saldos em 31 de março de 2022	-	(42.884)	(4.899)	(118.311)	(10.847)	(6.265)	(3.069)	-	-	(186.275)
Depreciação no exercício	-	(2.276)	(26)	(9.194)	(624)	(740)	-	-	-	(12.860)
Baixas	-	-	-	57	-	-	-	-	-	57
Saldos em 31 de março de 2023	<u>-</u>	<u>(45.160)</u>	<u>(4.925)</u>	<u>(127.448)</u>	<u>(11.471)</u>	<u>(7.005)</u>	<u>(3.069)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(199.078)</u>
Valor líquido contábil										
Em 31 de março de 2022	24.075	24.489	981	101.987	9.823	2.574	378	17.979	21.366	203.652
Em 31 de março de 2023	24.075	27.437	816	107.830	13.048	3.017	378	38.563	22.992	238.156

(i) As adições do imobilizado em andamento referem-se a nova moenda em construção e adiantamentos a fornecedores para a referida construção e construção do aeródromo.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de março de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

Custos de manutenção de entressafra

A Companhia realiza anualmente manutenções em sua unidade industrial, aproximadamente no período de dezembro a março. Os principais custos de manutenção incluem custos de mão de obra, materiais, serviços externos e despesas gerais indiretas alocadas durante o período de entressafra.

Redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros

O imobilizado é revisto anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Não foram identificadas perdas a serem reconhecidas nas demonstrações contábeis em 31 de março de 2023 e 2022.

13. Fornecedores de cana e diversos

Descrição	2023	2022
Fornecedores de cana-de-açúcar	112.190	51.213
Fornecedores de bens e serviços	9.045	5.689
	121.235	56.902

Os valores a pagar a fornecedores de cana-de-açúcar e a parceiros agrícolas levam em consideração a cana-de-açúcar entregue e ainda não paga, bem como o complemento de preço calculado com base no preço final de safra. Por meio do índice de Açúcar Total Recuperado (ATR) divulgado pelo Consecana - Conselho dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo. A variação do saldo de fornecedores de cana-de-açúcar decorre do substancial aumento de preço do ATR-Consecana na presente safra. Houve aumento comparado ao exercício anterior em virtude da retenção no pagamento de alguns fornecedores que serão liquidados durante o ano de 2023.

O saldo de fornecedores de bens e serviços corresponde a compra de materiais, insumos e serviços aplicados no processo industrial.

14. Empréstimos e financiamentos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado:

Descrição	2023	2022
Passivo circulante		
Finame e NCE	34.772	30.597
	34.772	30.597
Passivo não circulante		
Finame e NCE	79.732	75.368
	79.732	75.368
Total	114.504	105.965

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de março de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

Termos e cronograma de amortização da dívida

Os termos e condições dos empréstimos em aberto são os seguintes:

Modalidade	Moeda	Indexador	Taxa efetiva anual de juros	Ano de vencimento	2023	2022
Finame	R\$	Juros	5,50%	2012 a 2022	-	45
Finame	R\$	Juros	5,50%	2012 a 2022	-	19
Finame	R\$	Juros	5,50%	2013 a 2022	-	11
Finame	R\$	Juros	2,50%	2013 a 2022	-	830
Finame	R\$	Juros	2,50%	2013 a 2022	-	106
Finame	R\$	Juros	2,50%	2013 a 2022	-	47
Finame	R\$	Juros	2,50%	2013 a 2022	-	21
Finame	R\$	Juros	2,50%	2013 a 2022	-	83
Finame	R\$	Juros	2,50%	2013 a 2022	-	35
Finame	R\$	Juros	2,50%	2013 a 2022	-	72
Finame	R\$	Juros	2,50%	2013 a 2022	-	9
Finame	R\$	Juros	2,50%	2013 a 2022	-	13
Finame	R\$	Juros	2,50%	2013 a 2023	-	32
Finame	R\$	Juros	3,00%	2013 a 2023	2	20
Finame	R\$	Juros	3,50%	2014 a 2023	152	379
Finame	R\$	Juros + TJLP	3,10%	2018 a 2022	-	79
Finame	R\$	Juros + SELIC	3,60%	2022 a 2026	-	635
Finame	R\$	Juros + SELIC	3,60%	2022 a 2026	-	1.400
CPR	R\$	Juros + CDI	0,91%	2021 a 2025	50.322	70.463
CPR	R\$	Juros + CDI	1,70%	2022 a 2026	23.821	31.666
CPR	R\$	Juros + CDI	2,00%	2023 a 2027	40.207	-
					<u>114.504</u>	<u>105.965</u>

Em 31 de março de 2023, as parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

Ano/safra de vencimento	Valor
2024	21.377
2025	37.762
2026	14.740
2027	5.853
	<u>79.732</u>

Garantias ou avais e fianças concedidas

As garantias oferecidas pela Companhia por modalidades de empréstimos são as que seguem:

Modalidade	Garantia	Valor
Finame	Alienação fiduciária de ativo imobilizado	419
Nota de Crédito Exportação	Terras de Empresa Interligada com aval de acionistas	102.129

Movimentação dos empréstimos	2023	2022
Saldo inicial	105.965	130.222
Novos empréstimos	40.000	2.035
Juros no período	15.349	7.970
Pagamento de principal	(30.089)	(26.317)
Pagamento de juros	(16.721)	(7.945)
Saldo final	<u>114.504</u>	<u>105.965</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de março de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

15. Adiantamento de produção - cooperativa

Descrição	2023	2022
Capital de Giro	37.459	36.322
Circulante	22	809
Não circulante	37.437	35.513

Corresponde a recursos repassados pela Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo a título de empréstimos e são substancialmente compostos por valores decorrentes de operações *sub judice*, garantidas por Letras de Câmbio, avais da Diretoria e produção de açúcar e etanol.

16. Impostos e contribuições a recolher

Descrição	2023	2022
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	14.226	9.580
Contribuição Social sobre Lucro	5.124	3.473
Outros	553	584
	19.903	13.637

17. Provisão para contingências

	Cível	Trabalhistas	Tributárias	Total
Saldos em 31 de março de 2022	-	593	64.736	65.329
Provisões no exercício	-	-	24.410	24.410
Saldos em 31 de março de 2023	-	593	89.146	89.739

Processo de natureza trabalhista

Refere-se à estimativa de liquidação dos processos trabalhistas em curso, apurados com base em estimativas informadas pelos assessores jurídicos que nos representam diante dessas demandas judiciais.

Processo de natureza tributária

Refere-se aos tributos IRPJ, CSLL, PIS e COFINS incidentes pelos recebimentos da ação indenizatória do IAA, paga pela Cooperativa dos Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo, cujo montante a Companhia questiona judicialmente e com parcela já depositada judicialmente vide Nota Explicativa nº 10, adicionalmente, as adições são referentes ao recebimento da 4ª parcela do 2º precatório e a 5ª parcela do 1º precatório.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de março de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

Supremo Tribunal Federal ("STF") muda entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 - Recursos Extraordinário nº 949.297 e 885 - Recurso Extraordinário nº 955.227.

Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de maneira definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido.

A Administração avaliou com os seus Assessores Jurídicos Internos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF não resulta, baseada em avaliação da Administração suportada por seus Assessores Jurídicos, e em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, em impactos significativos em suas demonstrações contábeis de 31 de março de 2023.

18. Passivos fiscais diferidos

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e de passivos e seu respectivo valor contábil.

Descrição	2022	Reconhecidos no resultado	2023
Diferença de taxas de depreciação	(6.661)	(116)	(6.777)
Custo atribuído	(20.449)	2.065	(18.384)
Imposto diferido líquido	<u>(27.110)</u>	<u>1.949</u>	<u>(25.161)</u>

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas com a despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social debitada em resultado é demonstrada como segue:

Descrição	2023	2022
Resultado ajustado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	222.353	247.218
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de Renda e Contribuição Social:		
Pela alíquota fiscal combinada	75.600	84.055
Adições e exclusões permanentes	(28.673)	(14.007)
Imposto de Renda e Contribuição Social no resultado	<u>46.927</u>	<u>70.047</u>
Alíquota fiscal efetiva	<u>21,1%</u>	<u>28,3%</u>

19. Patrimônio Líquido

Capital social

Em 31 de março de 2023, o capital social era de R\$ 93.600 representado por 93.600 (R\$ 78.000 em 31 de março de 2022) ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$ 1,00 cada, totalmente integralizadas, todas pertencentes a acionistas residentes no Brasil.

Conforme AGO/E de 15 de dezembro de 2022, arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP sob o Registro nº 0.560.128/23-0 deliberou-se pelo aumento de capital social da Companhia utilizando o saldo da Reserva Legal no montante de R\$ 15.600. Assim o Capital Social em 31 de março de 2022 que era de R\$ 78.000 passou a ser de R\$ 93.600.

Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício, ajustado pela realização do custo atribuído líquido do Imposto de Renda e da Contribuição Social diferidos até o limite de 20% do capital social. Essa reserva tem por finalidade garantir a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e/ou aumentar o capital social.

Reserva de lucros a destinar

Reserva constituída pela retenção de lucros para que sua destinação final seja deliberada em Assembleia de acionistas que aprovar as demonstrações contábeis.

Reserva de lucros a realizar

Reserva constituída pela retenção de lucros que equaliza, basicamente, os efeitos dos valores de depreciação utilizados para fins fiscais e os montantes contabilizados em atendimento às regras do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Reserva de incentivos fiscais

Reserva constituída pelo registro do ICMS Outorgado sobre a comercialização de Etanol Hidratado Carburante previsto no Decreto 67.121 de 26 de setembro de 2022 concedido pelo Governo do Estado de São Paulo, e que será mantido nesta reserva até sua incorporação ao capital social.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de março de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

Ajuste de avaliação patrimonial

É composto pelo efeito da adoção do custo atribuído para o ativo imobilizado em decorrência da aplicação do Pronunciamento Técnico CPC 27 e Interpretação do Pronunciamento Técnico ICPC 10 na data de transição, deduzido do respectivo Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos, e que vem sendo realizado mediante depreciação, alienação ou baixa dos ativos que lhe deram origem em contrapartida de lucro/prejuízos acumulados.

Dividendos propostos

Em 15 de dezembro de 2022 os acionistas da Companhia aprovaram o pagamento de dividendos no montante de R\$ 39.999, os quais foram liquidados de acordo com as disponibilidades de caixa. No encerramento do exercício foi provisionado dividendos de R\$ 1.500 que corresponde ao percentual mínimo obrigatório de 1% sobre o lucro líquido do exercício.

20. Receita operacional líquida

A receita operacional da Companhia é composta pela receita de venda de produtos, conforme abertura a seguir:

Descrição	2023	2022
Venda de produtos no mercado interno:		
Etanol - Mercado interno	271.462	311.967
Açúcar - Mercado interno	47.687	123.912
Outras vendas	3.533	39.229
	322.682	475.108
Venda de produtos no mercado externo:		
Etanol - Mercado externo	17.322	17.293
Açúcar - Mercado externo	399.650	352.763
	416.972	370.056
Receita bruta fiscal	739.654	845.164
(-) Impostos sobre vendas	(6.970)	(62.573)
Crédito outorgado de ICMS (i)	16.697	-
Total da receita líquida	749.381	782.591

(i) Refere-se a ICMS Outorgado sobre a comercialização de Etanol Hidratado Carburante previsto no Decreto nº 67.121 de 26 de setembro de 2022 concedido pelo Governo do Estado de São Paulo.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de março de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

21. Custos e despesas por natureza

Descrição	2023	2022
Matéria-prima	(429.023)	(425.051)
Despesas com pessoal	(50.746)	(45.083)
Serviços de terceiros (honorários, comissões e fretes)	(6.615)	(8.996)
Depreciações e amortização	(13.575)	(12.548)
Amortização do custo de entressafra	(26.647)	(26.555)
Insumos	(6.828)	(3.704)
Materiais e serviços de manutenção	(7.058)	(19.277)
Fretes sobre vendas	(33.533)	(17.403)
Outras despesas e demais gastos com fabricação	(20.924)	(15.622)
	<u>(594.949)</u>	<u>(574.232)</u>
Reconciliação com as despesas operacionais classificadas por função:		
Custo dos produtos vendidos	(505.972)	(508.979)
Despesas com vendas	(40.410)	(23.424)
Despesas administrativas e gerais	(48.567)	(41.836)
	<u>(594.949)</u>	<u>(574.239)</u>

22. Outras receitas/(despesas) operacionais, líquidas

	2023	2022
Outras receitas		
Receita Indenizatória IAA (i)	61.396	53.586
Venda de bens do imobilizado	-	4.180
Crédito de PIS e COFINS - extemporâneo	-	1.335
Dividendos (iii)	23.914	8.925
Outras receitas operacionais	1.536	1.044
	<u>86.846</u>	<u>69.070</u>
Outras despesas		
Despesas equivalentes indenizatória IAA	(6.307)	(5.513)
Custo bens do imobilizado vendido	-	(2.206)
IRPJ, CSLL, PIS e COFINS - Ação de Preço (ii)	(30.089)	(26.258)
	<u>(36.396)</u>	<u>(33.977)</u>
Outras receitas/(despesas) operacionais, líquidas	<u>50.450</u>	<u>35.093</u>

- (i) São precatórios que representam a liquidação da ação de preços IAA, processo no qual a União foi obrigada a reparar judicialmente os produtores de açúcar e álcool em virtude da fixação, por aquele antigo Órgão, de preços de produtos aos quais deixarão de ser acrescidas os reais índices inflacionários da época, ocasionando severo prejuízos aos produtores. Com a extinção do IAA, em meados de 1990, o setor deixou de ter preços controlados;
- (ii) Corresponde ao reconhecimento dos encargos tributários sobre a receita indenizatória IAA, que em demanda judicial específica a Companhia questiona as incidências de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS sobre aqueles montantes, vide Nota Explicativa nº 17.
- (iii) Refere-se a dividendos recebidos de investimentos na Copersucar.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de março de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

23. Resultado financeiro líquido

Descrição	2023	2022
Receitas financeiras		
Juros Copersucar	1.146	1.283
Receitas de aplicações financeiras	36.369	13.723
Descontos obtidos	31	12
Receita SWAP e outros	64	49
	37.610	15.067
Despesas financeiras		
Juros e despesas de financiamentos	(13.582)	(8.425)
Juros Copersucar	(1.885)	(1.639)
Despesas SWAP e outros	(4.670)	(1.230)
	(20.137)	(11.294)
Financeiras líquidas	17.473	3.773

24. Instrumentos financeiros

Gerenciamento de risco financeiro

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;
- Risco de taxa de juros;
- Risco operacional.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações contábeis.

Estrutura do gerenciamento de risco

O Conselho de Administração e a Diretoria têm responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia.

A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de março de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em títulos de investimento.

SA Companhia tem como escopo principal de sua gestão de risco de crédito contratar operações apenas com instituições financeiras reconhecidas pelo mercado como sólidas e que sejam previamente aprovadas pelos quotistas.

Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco que a Companhia poderá ter para cumprir com as obrigações associados com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou outro ativo financeiro. O objetivo da Companhia na administração da liquidez é garantir, o máximo possível, a liquidez de suas operações para cumprimento de suas obrigações em seus respectivos vencimentos, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

▪ 2023:

Descrição	Valor contábil	12 meses ou menos
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	322.870	322.870
Contas a receber	1.909	1.909
Adiantamentos a fornecedores	63.288	63.288
	388.067	388.067
Passivos		
Fornecedores de cana e diversos	121.235	121.235
Empréstimos e financiamentos	114.504	114.504
Instrumentos financeiros derivativos	416	416
	236.155	236.155

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de março de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

▪ 2022:

Descrição	Valor Contábil	12 meses ou menos
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	243.663	243.663
Contas a receber	693	693
Adiantamentos a fornecedores	12.952	12.952
	257.308	257.308
Passivos		
Fornecedores de cana e diversos	56.902	56.902
Empréstimos e financiamentos	105.965	105.965
Instrumentos financeiros derivativos	365	365
	163.232	163.232

Os influxos brutos de entradas/(saídas) divulgados na tabela acima representam os fluxos de caixa relacionados com passivos financeiros derivativos e não derivativos detidos para efeitos de gestão de risco e que normalmente não são encerrados antes do vencimento contratual.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio e taxas de juros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de taxa de juros

Na data das demonstrações contábeis, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

Descrição	Valor contábil	
	2023	2022
Instrumentos de taxa fixa		
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	322.870	243.663
Passivos financeiros		
Empréstimos e financiamentos	114.504	105.965
Instrumentos financeiros derivativos	416	365

Perfil

Na data das demonstrações contábeis, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros com taxas variáveis era concentrado nas aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de março de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

Instrumentos de taxa fixa

A Companhia não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado e não designa derivativos (*swaps* de taxa de juros) como instrumentos de proteção sob um modelo de contabilidade de *hedge* de valor justo, portanto uma alteração nas taxas de juros na data de relatório não alteraria o resultado.

Instrumentos de taxa variável

A Companhia não realiza análise de sensibilidade para instrumentos financeiros vinculados a taxas variáveis de juros, pois considera que os possíveis impactos são irrelevantes para suas demonstrações contábeis.

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Com base no saldo do endividamento, no cronograma de desembolsos e nas taxas de juros dos empréstimos e financiamentos, a Administração efetuou uma análise de sensibilidade de quanto teriam aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado do exercício de acordo com os montantes mostrados a seguir. O Cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações contábeis. O Cenário 2 corresponde a uma alteração de 25% nas taxas, e o Cenário 3 corresponde a uma alteração de 50% nas taxas. Os efeitos em apreciação e depreciação nas taxas são apresentados conforme as tabelas a seguir:

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - Apreciação das taxas:

Instrumento	Valor	Risco	Cenários						
			Cenário 1		Cenário 2		Cenário 3		
			%	Valor	%	Valor	%	Valor	
Ativos financeiros									
Aplicações financeiras	322.870	CDI	13,15	42.457	16,44	53.080	19,72	63.670	
Passivos financeiros									
Empréstimos e financiamentos	114.504	CDI+2	15,15	(17.347)	18,44	(21.114)	21,72	(24.870)	
Resultado financeiro líquido (estimado)				25.110		31.966		38.800	
Impacto no resultado e no patrimônio (variação)						6.856		6.834	

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - depreciação das taxas:

Instrumento	Valor	Risco	Cenários						
			Cenário 1		Cenário 2		Cenário 3		
			%	Valor	%	Valor	%	Valor	
Ativos financeiros									
Aplicações financeiras	322.870	CDI	13,15	42.457	9,86	31.835	6,57	21.212	
Passivos financeiros									
Empréstimos e financiamentos	114.504	CDI+2	15,15	(17.347)	11,36	(13.008)	7,57	(8.668)	
Resultado financeiro líquido (estimado)				25.110		18.827		12.544	
Impacto no resultado e no patrimônio (variação)						(6.283)		(6.283)	

Valor justo

Hierarquia de valor justo

A tabela a seguir apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- Nível 2 - *inputs*, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

USINA SÃO LUIZ S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de março de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

Descrição	Ativos financeiros a custo amortizado	Valor justo	Passivos financeiros a custo amortizado	Valor contábil em	
				31 de março de 2023	Nível 2
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo					
Caixa e equivalentes de caixa	322.870	-	-	322.870	-
Contas a receber	1.909	-	-	1.909	-
Adiantamentos a fornecedores	63.288	-	-	63.288	-
	<u>388.067</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>388.067</u>	<u>-</u>
Passivos financeiros não-mensurados a valor justo					
Fornecedores de cana e diversos	-	-	121.235	121.235	-
Empréstimos e financiamentos	-	-	114.504	114.504	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>235.739</u>	<u>235.739</u>	<u>-</u>
Valor contábil em					
Descrição	Ativos financeiros a custo amortizado	Valor justo	Passivos financeiros a custo amortizado	Valor contábil em	
				31 de março de 2022	Nível 2
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo					
Caixa e equivalentes de caixa	243.663	-	-	243.663	-
Contas a receber	692	-	-	692	-
Adiantamentos a fornecedores	12.952	-	-	12.952	-
	<u>257.307</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>257.307</u>	<u>-</u>
Passivos financeiros não-mensurados a valor justo					
Fornecedores de cana e diversos	-	-	56.902	56.902	-
Empréstimos e financiamentos	-	-	105.962	105.962	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>162.864</u>	<u>162.864</u>	<u>-</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de março de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

Para todas as operações apresentadas no quadro acima, a Administração da Companhia considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que, para essas, o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data.

A Administração da Companhia considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, devido ao fato de que essas operações se referem, preponderantemente, a financiamentos com taxas subsidiadas ou são operações cuja contraparte são partes relacionadas. Desta forma, a Administração entende que os valores reconhecidos contabilmente refletiam o endividamento efetivo em caso de eventual liquidação naquela data.

Risco operacional

A Companhia considera que suas instalações e atividades estão sujeitas às regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por meio de procedimentos operacionais e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas, que são procedimentos técnicos/operacionais e não foram objeto de análise dos auditores independentes por tratar-se de itens não financeiros. A Administração da Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, com base nas atuais leis e regulamentos em vigor.

25. Partes relacionadas

a. Transações com partes relacionadas

A Companhia adquire aproximadamente 70 % de sua matéria prima (Cana-de-açúcar) de acionistas (em Condomínio Agrícola) e de empresa interligada (controle comum). As operações são efetuadas às regras vigentes no mercado, aplicadas também aos demais fornecedores (Consecana) sendo as partes relacionadas em condições negociadas entre eles. Os principais elementos da transação estão demonstrados a seguir:

Descrição	2023	2022
Passivo		
Condomínio Agrícola	91.920	19.230
Interligada P.J.	7.102	11.311
	99.022	30.541
Compra de matéria prima		
Condomínio Agrícola	309.636	243.247
Interligada P.J.	46.373	48.672
	356.009	291.919

b. Remuneração do pessoal do pessoal-chave da Administração

Em 31 de março de 2023, a Companhia contabilizou despesa com remuneração de seu pessoal-chave no montante de R\$ 770 (R\$ 680 em 31 de março de 2022). Toda a remuneração trata-se de benefícios de curto prazo. O pessoal-chave da Administração são os Diretores da Companhia.

26. Compromissos

a. Compra de cana-de-açúcar

A Companhia possui compromissos de compra de cana-de-açúcar com terceiros para garantir parte de sua produção para os próximos períodos de colheita. A quantidade de cana-de-açúcar a ser adquirida é calculada com base em estimativa de colheita por área geográfica. O valor a ser pago é realizado por meio da sistemática de pagamento de cana-de-açúcar adotada pelo CONSECANA-SP.

b. Fornecimento de açúcar e etanol

A Companhia possui contrato de exclusividade de fornecimento de açúcar e etanol com a Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo, pelo prazo de três anos/safras, sendo o contrato renovado a cada safra. A Companhia também é interveniente garantidora das operações de venda de açúcar e etanol correspondentes ao contrato firmado pela Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo perante a Copersucar S.A., o qual tem caráter de exclusividade, assegurando, diretamente e indiretamente, benefícios e vantagens financeiras e mercadológicas. Os fatores de risco de preço desse contrato são os indicadores ESALQ - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, para mercados interno e externo.

c. Cobertura de seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los contratando no mercado cobertura de seguros compatíveis com suas atividades. A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos, considerando a natureza de sua atividade.

Bens segurados	Riscos cobertos	Montante da cobertura
Seguro patrimonial	Incêndio/raio/explosão/implosão de qualquer natureza/vendaval/fumaça/equipamentos eletrônicos/quebra de máquinas/queimadas em zona rural/eventos em linhas de transmissão.	240.000

27. Eventos subsequentes

Exclusão de créditos fiscais na base de cálculo do IRPJ e CSLL

A Companhia em decorrência do Decreto SP nº 67.121 de setembro de 2022, registrou crédito ICMS Outorgado sobre a comercialização de Etanol Hidratado Carburante, concedido pelo Governo do Estado de São Paulo, o montante de R\$ 16.697, excluídos de sua base de apuração do Imposto de Renda e da Contribuição Social.

Em 26 de abril de 2023, o STJ (Superior Tribunal da Justiça) noticiou a finalização do julgamento dos recursos Especiais Resp. 1.945.110 e 1.987.158 (Tema Repetitivo 1182), em que se discute justamente a exigência de IRPJ e CSLL sobre valores relacionados aos incentivos fiscais de ICMS, distintos daqueles concedidos na forma de créditos presumidos. A Administração informa que acompanhará e avaliará os possíveis impactos tão logo ocorra o desfecho definitivo do caso.